POLÍTICA

ANC

A força dos luas-pretas

Um bom assessor pode ser tão ou mais importante que um constituinte. São os luas-pretas que estão em alta no momento.

A estabilidade para os funcionários públicos — concursados ou não — com mais de cinco anos de serviço não foi idéia de um constituinte. Mas está lá no substitutivo do deputado Bernardo Cabral, prevista no artigo 61 das "Disposições Transitórias". Como esta, muitas outras sugestões que podem ter reflexos na vida de milhões de brasileiros foram incluídas no texto, apesar de elaboradas por gente que não foi eleita para isso.

E essa gente tem força. Competentes ou não, com ou sem experiência política e administrativa, eles exercem grande influência em uma Constituinte onde são raros os constitucionalistas, juristas ou mesmo advogados de carreira. São os ***luas-pretas****, especialistas contratados para assessorar os parlamentares. Nesta página você vai ver o que pensam e como atuam alguns deles: são os três que trabalham diretamente com o relator Bernardo Cabral, além de um grupo paulista — todos sócios de um mesmo escritório — contratado pelo governo Quércia. A mão desses homens aparece em muitos pontos do substitutivo Cabral, um projeto duramente criticado por quase todos os setores da sociedade brasileira.*

"Não tenho responsabilidade constituinte." Mas quando assumiu como assessor da Comissão de Sistematização, passou a ser assediado dia e noite pelos **lobbistas** em Brasília. Não só pelo posto, mas especialmente por outra qualidade — Sérgio Ferraz, advogado e procurador do Estado do Rio, é amigo fraterno de Bernardo Cabral há 18 anos.

Ele garante não ser o pai de nenhum artigo do substitutivo que está sendo votado. O que fez foi dar "embasamento técnico-doutrinário às decisões políticas" do relator. Ferraz, carioca, 51 anos, admite que a assessoria técnico-jurídica pode "eventualmente" produzir um ou outro preceito, mas se recusa a informar em que itens está, concretamente; a sua colaboração. Mas no caso da pena de morte, por exemplo, o deputado Cabral ouviu do amigo — e colega em causas comuns, ainda que não tenham o mesmo escritório de advocacia — que não tinha sentido jurídico, não recuperava, não prevenia o crime. Se nesta questão os dois pensavam de maneira semelhante, Cabral foi voto vencido em outra, defendida também por Ferraz: o relator queria um texto denso, Ferraz defende uma Carta mais extensa sob o argumento de que a sociedade hoje, mais organizada, quer garantias constitucionais expressas.

Ferraz se define como liberal de centro, mas não esconde a própria liberdade para vôos progressistas. É parlamentarista convicto e considera o substitutivo que está sendo votado na Comissão de Sistematização, e que será, com alguns retoques, a futura Constituição, o melhor texto já feito no Brasil. Observa que a maioria das críticas vêm dos que não leram, que a esquerda e a direita atacaram o trabalho mas, como a última foi mais violenta, isso mostra o progressismo do texto.

Para o assessor, a Constituição de 46 foi modelar sob o ângulo teórico mas sem qualquer compromisso com a realidade social de então. Em 87, a carta se volta para o social em virtude do momento. Por isso, produz caminhos de participação popular no poder Legislativo, na administração pública, além de mecanismos de controle no âmbito do Judiciário.

Quando Bernardo Cabral ainda vivia a expectativa de ser relator da Sistematização, fez o convite a Ferraz. Assim que o trabalho começou de fato, os dois se uniram. Inicialmente, o relator solicitou ao assessor informações doutrinárias sobre Parlamentarismo, poder Judiciário e direitos e garantias individuais.

Na fase de montagem dos substitutivos, o trabalho básico de Ferraz foi o de concatenar, detectar contradições e recomendar os caminhos da coerência interna com vistas a um texto harmônico e único. Agora, na fase de votação, o assessor dá a Cabral embasamento doutrinário para que possa sustentar o projeto em plenário. Ele acredita que participará até a redação final da futura Constituição.

Pressões

Ferraz conta que Cabral queria, na questão da aposentadoria, por exemplo, uma carga menor, mas foi atropelado por uma decisão entre líderes adotada em uma reunião na residência do deputado Ulysses Guimarães. O relator pretendia, na reforma agrária, uma solução consensual prudentemente avançada e, na questão da jornada de trabalho, uma definição mais moderna. Mas foi muito pressionado, revela Ferraz, e, diante da reação a qualquer progressismo, acabou se rendendo.

Sérgio Ferraz está satisfeito com o trabalho realizado mas, como ditou a si próprio o compromisso de "apenas ajudar o Cabral", prefere não entrar em minúcias sobre a influência exercida sobre o relator e suas conseqüências no texto constitucional. É apresenta um argumento para sustentar a atitude: "Eu não tenho responsabilidade constituinte".

Leda Flora

Ele é um cientista político. Mas, funcionário público de carreira há onze anos, resume a sua atividade como assessor de Bernardo Cabral a de um mero técnico. Mais para estrategista, colocando na mesa as diversas opções para cada tema, antevendo as reações e adaptando o texto às possíveis armadilhas das emendas. Sem ceder suas próprias idéias para a Constituinte, "porque não tenho legitimidade para isso".

É o cientista político Antonio Carlos Pojo do Rego, um dos três assessores do relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, deputado Bernardo Cabral. Ele considera seu papel diverso dos demais assessores porque é funcionário concursado da Câmara há 11 anos e se encontra à disposição.

"Não sou assessor político." Ele conta que retornou dos Estados Unidos em julho, onde estava fazendo um curso de doutorado na Universidade do Estado de Nova York, e acabou saltando de páraquedas na Sistematização. Por isso, não estava comprometido com grupos das subcomissões e das comissões temáticas, mas apenas com a própria instituição, quando passou à assessoria de Cabral.

Atualmente, vem trabalhando cerca de 14 horas por dia. Mas quando as reuniões da Sistematização (para a elaboração dos substitutivos) se realizavam no Banco do Brasil, a média era de 20 horas diárias. No período, considerou que teve sua experiência enriquecida pela oportunidade de conhecer processos de negociação e de decisão e os acordos políticos: "Como cientista político, achei excelente", afirmou.

"Já assessorei o PT, o PDS..."

Pojo do Rego garante que em nenhum momento tentou influenciar Bernardo Cabral e os relatores adjuntos pela consciência de que sua função é diferente. Por isso, limitou-se a fornecer informações, alternativas de redação e as conseqüências que as decisões provocariam. Ele participou da montagem dos dois substitutivos e trabalhou diretamente com Bernardo Cabral, com quem sente afinidade por ser politicamente de centro e parlamentarista por convicção.

"Não sou lua-preta, é importante desmistificar a idéia de que o assessor tem poder. Isso dá uma visão errada. Além disso, um assessor radical, de esquerda ou de direita, não consegue ver as várias posições. Minha preocupação foi a de facilitar as coisas, o trabalho. O assessoramento deve ser bem objetivo", assinalou.

Na análise do papel que desempenha, diz inicialmente que não trabalha no nível político partidário por entender que visa mais a instituição e seu fortalecimento, inclusive porque o parlamentarismo deverá marcar os novos tempos. Entende que seu trabalho passa de raspão pela política por sua própria natureza, mas que é essencialmente técnico e se baseia na linha política escolhida por Bernardo Cabral. E para deixar bem clara esta posição, informou: "Na Câmara, já assessorei o PDS e o PT".

(L.F.)

Um cochilo, e o lobby dos traficantes impõe sua vontade na Constituinte.

Vicente Cascione

"Conheço **lobby** em quase todos os setores. Mas não posso admitir que tenha havido (e triunfado) um **lobby** dos traficantes na Constituintes." Quem fala assim é o advogado santista Vicente Cascione, considerado um dos homens fortes da Comissão de Sistematização da Constituinte. Ele ajudou a redigir muitos dos artigos do substitutivo de Bernardo Cabral que estão sendo agora votados. Entre eles, o que classificava o tráfico da droga como "crime inafiançável, imprescritível, e cuja pena deveria ser cumprida inteiramente em regime fechado".

Por causa deste item, Cascione ficou indignado com "o régio presente dado aos traficantes pelos constituintes" — a referência ao tráfico de droga como crime imprescritível, insuscetível de anistia ou indulto não foi incluída na nova Carta. A emenda do deputado paranaense Euclides Scalco (PMDB), alegando que o tráfico de droga já é considerado crime inafiançável pelo Código Penal, "não tem razão de ser porque o Código pode ser mudado a qualquer momento. De 20 anos para cá tivemos quatro leis diferentes sobre entorpecentes. Todo rigor da lei contra os traficantes de drogas deveria constar na Constituinte pois esse é um flagelo social" — insiste Cascione, que acha que Scalco pode até ter sido bem intencionado mas foi "infeliz." Cascione não se conforma também com a exclusão, pelos constituintes, da obrigatoriedade de se cumprir penalidade por tortura "integralmente em lugar fechado". "Eles retiraram essa expressão que eu havia sugerido e que o relator Cabral acolheu, ficando esse crime considerado apenas 'inafiançável, imprescritível e insuscetível de indulto ou anistia. O deputado Aluisio Campos, autor da emenda que resultou nessa exclusão, argumentou que prisão em regime fechado já é tortura. Mas se fosse assim teríamos que fechar todas as prisões e libertar todos os presos", afirma Cascione.

Covas? "Está amargo. Voto em mim."

Mas quem é esse advogado criminalista e civilista de 45 anos, conceituado nos meios jurídicos do País e internacionais mas desconhecido da opinião pública brasileira, que se declara desiludido com os políticos e que tanto está influindo na redação da Constituinte? Cascione é amigo do relator Bernardo Cabral há mais de dez anos. Conheceram-se em um dos muitos cursos de Direito e conferências que os dois fizeram no Exterior.

Professor titular de Direito Penal da Faculdade de Direito de Santos, Cascione jamais aceitou um cargo público ou quis concorrer a uma eleição. Em 1961, ainda estudante e com 19 anos, o então vereador Mário Covas o convidou para se candidatar à Câmara. "Antes das últimas eleições", conta Vicente Cascione, "diversos grupos políticos me procuraram para que eu me candidatasse a deputado constituinte. Não aceitei porque sempre achei que os constituintes deveriam ser eleitos apenas para fazer a nova Constituição e, depois de pronta, dispensados. Afinal, acabei sendo convidado para ajudar a redigi-la. Estou participando mais dos trabalhos do que se tivesse sido eleito deputado federal ou senador".

Vicente Cascione procura parecer modesto. "Faço questão de lembrar que minha única função é apresentar sugestões, que o relator acata ou não. A maior parte dos artigos que eu sugeri foram acatados por Bernardo Cabral. Essa modestia parece contraditória quando Cascione responde que votaria nele mesmo para presidente da República.

— Pode parecer presunçoso, mas eu votaria em mim para presidente. Só confio em mim. Estou cada vez mais decepcionado com os homens públicos. Há alguns deles muito bons, mas acho que quase todos são obrigados a cair na rotina, a fazer concessões, a ter uma medula espinhal flexível, a um jogo de cintura que eu não tenho. Ou então desistem.

E quanto a Mário Covas?

—Eu respeito muito Mário Covas, mas acho que ele está muito azedo, muito amargo e desiludido. Talvez porque se atirou na política com muita pureza. Se eu me candidataria agora a algum cargo eletivo? Até hoje eu consegui dizer não, mas pode ser que amanhã eu me resolva. Mas sei que seria meio suicida. Só não estou cético de tudo porque acredito na juventude. mas na minha geração não acredito mais.

Vicente Cascione, vice-diretor da Faculdade de Direito de Santos e vice-reitor da PUC santista orgulha-se de ter vivido até hoje só do seu trabalho. "Não aceitei dinheiro nenhum para estada de hotel ou para passagens nos dois meses em que ajudei o relator Bernardo Cabral. Paguei tudo do meu bolso — Gastei cerca de 200 mil cruzados porque faço questão de manter minha liberdade, minha autonomia." Os amigos de Cascione costumam dizer que ele está sempre indignado com os políticos, com a corrupção administrativa, a falta de civismo do brasileiro, temas que ele aborda há 21 anos em crônicas sempre aos domingos no jornal santista **A Tribuna**.

"Precisamos de Kennedy, Che, João XXIII..."

Casado, cinco filhos, santista roxo e católico praticante, ele é "liberal, a favor da livre iniciativa voltada para o social". Condena o capitalismo selvagem que vemos no Brasil, "que privilegia poucos", e opina: "A livre iniciativa não poderá perdurar se as desigualdades sociais e econômicas forem mantidas e ampliadas". Politicamente, confessa sua "repugnância" pela direita e esquerda radicais por seus "vícios e distorções".

Para Cascione, o Brasil está precisando de heróis, de mártires, de estadistas ou homens do porte de John Kennedy, Che Guevara, Martin Luther King, papa João XXIII. "Quase todos os políticos que eu conheci têm pés de barro". Como o Brasil "sofre de uma crise de caráter, e tem se caracterizado por administrações que privilegiam grupos, pela desmoralização das leis e falta de seriedade no trato das coisas públicas, a Constituição tem de ter muitos artigos, prevendo os direitos e deveres mais importantes para o cidadão", justifica ele, diante das críticas de que o substitutivo Cabral é muito extenso.

Expõe ainda que é um equívoco dizer que a Constituição norte-americana é mais curta e sintética, com apenas sete artigos, enquanto a nossa é prolixa sem necessidade, com 8 mil destaques ou pedidos de votação e 264 artigos. "A Constituição norte-americana tem cerca de sete itens, mas se subdivide em emendas, chegando a 4 mil palavras, ficando mais ou menos do tamanho da francesa e da italiana. Mas a nossa tem que ser mais extensa para garantir segurança e direitos a todos, pelas características peculiares do Brasil."

O que ele escreveu na Constituinte

Entre as suas sugestões acolhidas por Bernardo Cabral — "Não sei se elas vão passar" — estão: fixação de responsabilidade criminal das pessoas jurídicas, além da pessoal, aos que praticarem crimes contra o meio ambiente, a economia popular e a ordem econômico-financeira; a obrigação do Estado preservar e restaurar o meio ambiente, além da condenação da empresa ou pessoa jurídica, se for o caso, através de multas, perda de bens e até interdição de direitos; preservar a imagem, a vida privada, a intimidade e a honra das pessoas. "O que significa considerar crimes escuta telefônica e publicações que devassem intimidade de políticos que nada tem a ver com sua vida pública."

Vicente Cascione não se conforma com a exclusão do substitutivo de uma sugestão sua: a de que "todos poderão exigir a prestação jurisdicional do Estado visando a concretização dos direitos assegurados nesta Constituição". Se isso fosse mantido haveria instrumentos jurídicos para a população exigir tudo que a Carta prevê, moradia decente, educação, por exemplo, previstas na Constituição de hoje, mas que são "meros direitos poéticos e líricos",diz.

Elaine Saboya

TV 3000 lle, ADINHO, Curso grátis na Núcleo